

Prefácio

Fábio Wanderley Reis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, FW. *Mercado e Utopia* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Prefácio. pp. 1-4. ISBN: 978-85-99662-79-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

Este volume contém textos escritos ao longo de muitos anos. O reclamo usual nessas circunstâncias é o de que os textos esparsos que se reúnem apresentam, na verdade, unidade e coerência. Longe de refugar esse reclamo, sustento-o com força no caso presente.

Duas das três partes de que consta o volume, a primeira e a terceira, são aqui rotuladas respectivamente de “Teoria e epistemologia” e de “Temas brasileiros”. Na verdade, há também Brasil na primeira parte e teoria na terceira. Mas o que importa é que, tal como os percebo, os textos incluídos em cada uma dessas partes representam, em alguma medida, quer a aplicação à realidade brasileira, quer a elaboração teórica adicional de intuições e ideias inicialmente esboçadas no artigo intitulado “Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político” (aqui reproduzido como capítulo 5), redigido em 1973, em que tratava de haver-me de maneira construtiva, motivado pelo empenho de diagnóstico do regime brasileiro de 1964, com as deficiências e dificuldades deparadas na literatura sobre desenvolvimento político, florescente nos anos 60 e início dos 70. Continuo convencido de que, apesar de tais deficiências, não cabe abrir mão da aposta teórica fundamental envolvida naquela literatura – e de que a maneira em que o tema é tomado no artigo destacado representa abordagem adequada e proveitosa. Desdobrando-se numa concepção da própria política e em fundamentos epistemológicos que reputo sólidos (aspectos retomados aqui nos capítulos da primeira parte e nos demais capítulos da segunda, além de explorados mais longamente em volume que publiquei em 1984, *Política e Racionalidade*, a reaparecer em nova edição da Editora da Universidade Federal de Minas Gerais), essa abordagem não só vai além da miopia teórica e pobreza analítica de muito da literatura sobre “transições”, que sucedeu ao surto do desenvolvimento político, como também permite colocar em perspectiva alguns dos desafios trazidos pelas novidades da globalização que recentemente passaram a preocupar-nos tanto.

A literatura dedicada a “transições” merece realce, com efeito, como exemplo de distorção acadêmica crucialmente relevante do ponto de vista do interesse do desenvolvimento político como tema. Refiro-me à

abundante produção que se devotou até há pouco (e se devota ainda, com menor ímpeto, nos dias que correm) à questão geral das oscilações entre autoritarismo e democracia pelo mundo afora, especialmente na periferia dos países de capitalismo avançado e de mais firmes tradições liberal-democráticas do Ocidente. O problema básico a que se dirige essa literatura, ou seja, o de como assegurar perspectivas institucionalizadas e estáveis de convívio democrático, é nitidamente, no fundo, o mesmo em torno do qual giravam as preocupações dos trabalhos anteriores sobre desenvolvimento político. Mas a literatura sobre as idas e vindas dos experimentos autoritários, na qualidade de moda nova e “quente”, ignorou sobranceiramente a produção relacionada com desenvolvimento político, supostamente anacrônica e, como tal, sem interesse. O alto preço *analítico* que lhe coube pagar em consequência é bem claro: privada do atrevimento teórico que caracterizou a produção anterior, com seu empenho de pensar processos complexos, a “transitologia”, como a chamou Philippe Schmitter, dedicou-se, ao contrário, à perseguição míope e resfolegante das conjunturas cambiantes – e, da descrição do colapso das democracias, passa rapidamente para a da dinâmica dos regimes autoritários, em seguida a dos processos de “abertura”, transmuda-se adiante no estudo propriamente das “transições” democráticas (rótulo sob o qual pega carona nos surpreendentes eventos da derrocada dos países socialistas e ganha sobrevida), para nos falar finalmente da “consolidação” (será?) da democracia...

Desnecessário destacar que esse estado de coisas não exalta a ciência política contemporânea, com a fluidez de modismos substituindo-se ao esforço de reflexão eventualmente cumulativa sobre os problemas centrais da disciplina e sua possível aplicação consistente ao diagnóstico dos desafios práticos que defrontamos. Mal refeitos da surpresa da queda do socialismo, a intensificação dos fenômenos ligados à globalização faz rapidamente surgir aos nossos olhos como anacrônica, a seu turno, a discussão mesma das “transições” à democracia. Pois a globalização enseja o questionamento do próprio estado nacional como parâmetro natural e aponta a necessidade de ampliação da perspectiva analítica para dar conta da lógica geral do processo em que o estado nacional passa a aparecer como momento relativamente fugaz, a ser superado, se tivermos sorte, por formas de organização capazes de se alçarem de maneira efetiva à escala transnacional e virtualmente planetária que se torna crescentemente a escala

de operação dos mecanismos de mercado, com suas promessas e seus efeitos perversos. Espero que os textos pertinentes aqui incluídos sejam convincentes em mostrar que a abordagem abstrata e ambiciosa em termos de desenvolvimento político, possibilitando a crítica a miopias e etnocentrismos vários, permite também plantear os problemas de forma a lhes dar tratamento adequado nas diversas fases do processo geral e eventualmente capturar a lógica em que se articulam os desafios da convivência em diferentes escalas, incluídas a nacional e a transnacional.

Daí que tenha parecido apropriado fazer da segunda parte, explicitamente, a “volta ao desenvolvimento político”. Ao velho texto dedicado a esse tema, junto aí três outros de reflexão teórico-metodológica, mais recentes, onde a inspiração do artigo inicial é mais direta e claramente retomada. A ele remete também diretamente o trabalho que abre a terceira parte do volume, em que o problema clássico das relações entre estado e sociedade no Brasil é rediscutido na perspectiva analítica por ele proposta. Reclamando assim abertamente a recuperação do desenvolvimento político como tema e perspectiva, confronto-me com o risco, do qual estou bem consciente, de que parte do livro venha a ser vista como *démodée* por quem se contenta com índices e orelhas, ou acha que ciência social é questão de modas. Naturalmente, por detrás da disposição de correr esse risco está a esperança de vir também a ser lido de fato, e poder eventualmente entreter com o leitor verdadeiro o jogo das ideias em forma consequente.

Cabe destacar ainda dois pontos. Em primeiro lugar, uma advertência que seria, a rigor, supérflua, mas que se justifica em função de cobranças pouco lúcidas com que de fato deparei. Rechaço com vigor a visão, proposta em certas leituras dos trabalhos aqui publicados, na qual “desenvolvimento político” aparece como abordagem teórico-metodológica peculiar que se poderia tomar como “alternativa” a perspectivas que discuto em vários textos da primeira parte, supostamente situando-se no mesmo nível delas e exigindo que a opção pela ótica do desenvolvimento político fosse justificada *contra* elas: a chamada teoria da “escolha racional”, abordagens como as que se encontram nas obras de Habermas ou de Piaget, talvez uma perspectiva de cunho historicista etc. O uso que faço daquela categoria pretende antes designar uma forma particular de lidar com problemas específicos de mudança política, forma esta que eventualmente se valerá, para fundamentar-se nos planos teórico e epistemológico, de

recursos analíticos que brotam de orientações como as indicadas, ou de seu reexame crítico.

Em segundo lugar, algo mais singelo. Apesar de alterações estilísticas e de certos ajustes a que submeti vários dos textos para a presente publicação, não houve o empenho de “atualizá-los”, seja no sentido de ocultar o que quer que revele o momento em que foram escritos ou em qualquer sentido mais substancial, em especial no de elaborar as interconexões e “reconstruir” o volume como um todo orgânico. Assim, não obstante o reclamo de unidade latente, o volume pretende inequivocamente justificar-se sobretudo como reunião de textos esparsos. Com respeito a discussões em que não chego a considerar certos eventos mais recentes em que os temas tratados se desdobram e ganham novos matizes, a indagação é, naturalmente, a de se a perspectiva que traria a unidade reclamada para o volume seria apta a dar conta de tais desdobramentos. Presumo que a resposta positiva à indagação se justifique, por razões que, acredito, os textos em seu estado atual deixam ver com bastante clareza. De qualquer forma, um pós-escrito colocado ao final da terceira parte, onde estão os textos que mais poderiam parecer afetados por eventos recentes, procura lidar brevemente com as indagações mais importantes que parecem surgir.

Como quer que seja, ousou crer que os trabalhos, em seu conjunto, merecem melhor sorte do que a que lhes coube até agora, publicados esparsamente e, na maioria dos casos, apenas em periódicos acadêmicos, donde resulta que não tenham sido lidos senão por alguns amigos solícitos e estudantes que não podiam escapar da obrigação. Divulgá-los reunidos no presente volume permite a expectativa de que seu interesse seja avaliado por um público mais amplo.